

**[Capítulo do livro *Instituição Psicanalítica, Ainda?*, organizado pela  
Associação Psicanalítica de Porto Alegre, 2022 - no prelo – não  
compartilhar]**

**A psicanálise nas marcas da alteridade e da diferença: o imigrante e os  
*marca-dores* sociais.**

Miriam Debieux Rosa<sup>1</sup>

Gabriel Inticher Binkowski<sup>2</sup>

Psicanálise e política têm se articulado de vários modos, em diferentes tempos e seguindo diferentes perspectivas e possibilidades. Destacamos, neste escrito, o indissociável da política na clínica, a partir do desenvolvimento de intervenções/invenções psicanalíticas clínico políticas nas margens periféricas da sociedade e das cidades (ROSA, 2016). Nesse território, fica mais evidente como a prática clínica é, sempre, uma prática política, devendo então apreender as artimanhas do poder usadas para o silenciamento do sujeito que é alijado do *socius* pela via do desamparo discursivo e da exclusão do debate público e político.

Ao longo das últimas décadas, testemunhamos o surgimento de grupos sólidos e relevantes de psicanalistas que migraram para contextos periféricos, onde os marcadores sociais - gênero, classe, raça e cultura - decidem como a vida e a morte acontecem. É a partir do diagnóstico das oclusões política e discursiva relacionadas a esses marcadores que alguns desses coletivos desenvolvem estratégias e táticas clínicas nesses contextos, constituindo, no ato, uma psicanálise implicada, que promove efeitos nos sujeitos, no campo sociopolítico e, ao

---

<sup>1</sup> Psicanalista, Professora Titular na Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo, diretora do Laboratório de Psicanálise, Sociedade e Política do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IPUSP) e do Veredas: imigração e psicanálise. Contato: [debieux@terra.com.br](mailto:debieux@terra.com.br)

<sup>2</sup> Psicanalista, Professor Colaborador PART no Departamento de Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo; supervisor do Veredas: imigração e psicanálise, Doutor em Psicologia pela Université Paris 13 Sorbonne Paris Cité. Pesquisador no Laboratório de Psicanálise, Sociedade e Política (IPUSP) e na Unité Transversale de Recherche em Psychogenèse et Psychopathologie (França). Contato: [gabriel.binkowski@gmail.com](mailto:gabriel.binkowski@gmail.com)

mesmo tempo, apostando numa extensão das possibilidades e numa reformulação dos andaimes da própria prática analítica.

Na psicanálise, a partir dos ensejos éticos balizados por Lacan, pode-se pensar decisivamente no inconsciente enquanto política e na produção do sujeito a partir do laço social em sua equivalência com o discurso do Outro. Os psicanalistas do Laboratório Psicanálise e política (IPUSP) trabalham sob essa perspectiva, considerando a inclusão da política na clínica psicanalítica uma exigência ética, pois há estratégias de controle social que, através de discursos discriminatórios e identitários, inviabilizam sujeitos e reduzem sua fala a enunciados sem polissemia, seja na sociedade, seja nas instituições e no horizonte cultural como um todo.

A intolerância ganha nisso destaque, particularmente na violação de direitos, como encontramos de forma bastante concentrada na questão das imigrações contemporâneas, a qual está no centro dos debates políticos e humanitários e tematiza a própria noção das fronteiras – entre territórios, entre o eu e o outro, a alteridade. A instrumentalização política do sujeito pela via das paixões se dá nesses tempos de guerra ao terror e de seus modos de produção e construção de inimigos, entre os quais os imigrantes e refugiados. Isso se tornou um organizador dos territórios, do social, da economia e do fazer político em décadas recentes, operados sobremaneira por noções como as de ameaça terrorista, risco ao mercado de trabalho, recessão e destruição de valores nacionais quando da chegada do outro. Mais especificamente, comparece a partir disso o ódio como paixão, que institui o império da ignorância e da destruição do outro.

Nos últimos anos, malgrado todas as misérias cujos efeitos são vividos por segmentos cada vez mais amplos das populações de praticamente todos os continentes, a instrumentalização do outro como objeto de ódio e de recusa segue de vento em popa. Não é à toa que campanhas políticas e discursos sociais contrários às migrações (tanto internacionais quanto internas) organizam os certames eleitorais e discussões públicas em inúmeros países. No pleito eleitoral de 2018, no Brasil, falas sobre nações como a Venezuela e sobre pautas identitárias ficaram quase todo o tempo no centro da cena, guiando afetos de modo quase unidimensional e levando ao apagamento de tantos temas e bandeiras necessárias para a construção do bem comum. No mundo, a partir da pandemia de Covid-19, noções como fronteira, isolamento e barreiras (sanitárias, imunitárias, etc.) reatualizam compostos identitários que parecem fortalecer esses vãos discursivos. Consta-se que a licença para odiar, no caso, os imigrantes, substitui ou apaga a árdua função civilizatória do ideal. Como isso seguirá funcionando nessa nova vida decalcada pelos efeitos da pandemia que atravessamos?

Reconhece-se na formação de grupos intolerantes um dos caminhos da lógica identitária, travestida de nacionalista ou de defensora da família tradicional, que se presta a certa “obturação” da aventura do desejo de outros modos de existência que não os hegemônicos. Esta é questão que concerne à psicanálise - questão política e clínica -, tanto para elucidar a instrumentação social do gozo, como para contribuir no imbricado enlace entre a ética do desejo e a política, como também para traçar modos de resistência a essa ordem social, conforme desenvolvido por Miriam Debieux, Diego Penha e Patrícia Ferreira (2018).

Neste escrito, nosso objetivo passa por apontar as estratégias discursivas que atravessam os imigrantes e “os processos de minorização de alguns grupos [...], [considerando] as intersecções entre sexualidade, raça e classe social” (MOUNTAIN e ROSA, 2015, p. 152). Nota-se que o próprio processo de imigração muitas vezes não é levado em consideração na relação com o imigrante, o que pode naturalizar as diferenças sociais como traços individuais patologizados, quando não criminalizados - nessa direção estão as políticas que equiparam a condição ilegal (por não portarem vistos de permanência) com a atribuição de crime. Diversas posições dentro do imaginário social são ressaltadas e vividas nas relações com imigrantes. Ainda que com suas especificidades, pode-se ressaltar que uma série de discursos sobre imigrantes são continuamente reiterados, colocando-os muitas vezes nas posições de vítimas, de ameaças ou de seres exóticos.

A questão é que a condição da fala está posta para alguns, enquanto para outros o silenciamento é imposto (ROSA, 2019). Diante do sujeito silenciado e emudecido, ou mesmo aterrorizado, trazemos, com Spivak (2010), autora dos chamados estudos pós-coloniais, a pujante questão: “Pode o subalterno falar?”. Constatamos que a experiência do sofrimento comparece muda, seja anestesiada, seja composta pela angústia, culpa, vergonha ou humilhação social. Assim são produzidos os “estranhos”, os viventes, o refúgio vivo, a vida nua do nosso tempo, aqueles que carregam a possibilidade de trazer à tona o que deveria permanecer oculto. Além do mais, seguindo com Spivak, o subalterno que consegue construir um lugar de fala, ou melhor, acessar certas vias de discurso e laço social, o faz a partir de políticas de integração ou de aceitação regidas por categorias específicas de cultura, de língua e até por políticas decalcadas pela branquitude e por modalidades de violência já bem decididas nas ditas culturas de acolhimento.

Quanto àqueles que não se integram, que emudecem ou que escolhem caminhos de resistência que passam pela marginalidade, frequentemente, afetos como a vergonha e lugares como o da abjeção tornam-se vias exclusivas para essas existências, reduzindo, mais ainda,

quaisquer outras formas de laço social (GIANNICA e BINKOWSKI, No prelo). Partindo dessa reiteração discursiva, analisamos como o outro é constituído nesse discurso. Neste escrito, retomamos o artigo sobre o tema (ROSA, No prelo), onde são abordados os atravessamentos discursivos dos marcadores sociais na construção do caso clínico, assim como a transmutação dos marcadores sociais para a marca do caso. Baseamo-nos na concepção do caso clínico como construção, apoiados em Claude Dumézil (2021) e Edson de Sousa (2000). Tais marcadores figuram como ponto de impasse da escuta que permitirá a construção do caso clínico e da posição de analista, o que o autoriza a acessar outras táticas e estratégias clínicas que permitam ao sujeito situar sua marca e contar-se em uma história que o posiciona no discurso social e também em sua ficção fantasmática.

Como lembram os críticos do colonialismo<sup>3</sup>, os países ocidentais outorgam epistemologicamente para si o próprio monopólio da história, em detrimento da versão do “outro”, do generalizado “oriental”, desqualificado como exótico ou perigoso. Essas considerações trazem elementos para pensar os impasses e as dificuldades que os sujeitos encontram em transmitirem sua cultura de origem para seus descendentes no país de chegada (CASTELLI, SEINCMAN e ROSA, 2021).

Os projetos migratórios são usualmente constituídos por vários grupos ou famílias, mesmo quando o sujeito que migra o faz solitariamente, em casal ou outros tipos de agrupamento. Tais projetos carregam seguidamente posições de exceção e lugares de ideal para aqueles que migram, que devem fazê-lo de modo a sobreviver ou a garantir algo para os seus que ficaram, o que pode se alterar entre o desejo de sucesso financeiro ou a sobrevivência física ou psíquica. Mais ainda, o que parece estar em jogo nas migrações é um desejo de continuidade psíquica, mesmo quando para isso se impõe ao sujeito uma transformação que é aquela do périplo migratório e da adaptação a um mundo distinto. No entanto, a experiência migratória passa sempre pelo encontro com as figuras do imigrante que circulam num país de acolhimento, ou mesmo no mundo globalizado, figuras construídas em uma composição ideológica (invasores, perigosos, radicais, entre outros) e uma imaginarização do estrangeiro ou de seu país de origem. Com isso, para além de tudo o que perde e o que carrega – muitas vezes enquanto missão e/ou dever ou ideal – o imigrante deve enfrentar o lugar de outro, de estranho

---

<sup>3</sup> Apontamos diretamente trabalhos de três autores, em traduções recentes: de Achille Mbembe, *A crítica da razão negra* (2018); Frantz Fanon, *Pele negra, máscaras brancas* (2020); Edward W. Said, *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente* (2007).

ou até mesmo de abjeto, que o discurso social do país de acolhimento lhe impõe (CASTELLI, 2021).

### **Cenas que interpelam, encontros com figuras que marcam.**

Na realidade brasileira, no contraponto do mito do *homem cordial* (HOLLANDA, 2015), comparece a xenofobia, mesclada com o racismo e as desqualificações culturais e religiosas. Esse composto parece normalmente vir acompanhado de justificativas para a exclusão da partilha dos bens materiais e culturais. Como já sustentava Frantz Fanon (2020), a exclusão econômica parece ser um pilar central que mobiliza o discurso do ódio e as operações que vemos no racismo e na xenofobia.

Traremos para a cena alguns casos acolhidos pelo Grupo *Veredas: imigração e psicanálise* (IPUSP), que atua em diferentes instituições pelas quais passam os imigrantes na cidade de São Paulo, seja em abrigos, como a Casa do Migrante, em serviços ligados à prefeitura, como o Centro de Referência e Integração do Imigrante (CRAI) ou nas próprias redes de educação (com a escuta de crianças, adolescentes, pais, educadores e gestores). Nas várias instituições, percebe-se como a experiência migratória é inexoravelmente ligada a todos os discursos sobre imigrante, sobre ser pobre, ser negro/andino, ou seja, há toda uma série de figuras, mobilizadas por um aparente ódio ou recusa (de circulação, de pertencimento, de integração) que atravessa o cerne da vida dessas pessoas. Tais discursos reduzem os sujeitos a figuras caricatas, limitando suas diferenças e suas singularidades a partir dos marcadores sociais como gênero, classe, raça, religião, etc.

Várias cenas são elucidativas dessa estratégia discursiva de poder, como a de jovens africanos que descobrem o “racismo à brasileira” ao serem sistematicamente abordados por policiais militares quando vão ao centro de São Paulo, a das mães bolivianas que ouvem sugestões de que devem evitar falar espanhol em casa com os filhos, ou de cubanos e venezuelanos que acabam se tornando objetos de ódio ou de abjeção por “fazerem parte de um sistema comunista”. Em todos esses casos, os imigrantes, adultos ou crianças, têm a sua imagem convertida e reduzida à forma imaginarizada e desqualificadora com que seus países têm sido representados no Brasil nos últimos anos.

Uma breve cena pode, aqui, ajudar: um adolescente cubano, acompanhado por um dos analistas do Veredas, relatava a insistência com a qual era interpelado para falar de Cuba, ainda que ele estivesse desde a infância no Brasil, tendo vivido aqui praticamente toda sua escolaridade. Quando a pandemia e o confinamento se instalaram, seus pais, já separados, viveram dificuldades em seus empregos e na própria manutenção de um projeto migratório viável – algo que, aliás, é condizente com as condições de vida da grande maioria dos imigrantes escutados. Enquanto seus pais temiam que o isolamento e as dificuldades juvenis (o tempo passado em telas, o uso eventual de maconha, as dificuldades para dormir, etc.) o levassem à loucura – visto que cada um dos pais teria familiares que sofriam com transtornos psicológicos –, o que se colocava para o garoto era uma pergunta sobre sua fidelidade ao Brasil, o que variava de seus gostos musicais, às suas crenças religiosas e seus projetos profissionais. Ainda, sedimentava-se para ele o quanto ele próprio, assim como o foram seus pais, mantinha-se como objeto de desprezo, de ódio e de contestação ao longo de seus anos de vida no Brasil.

Uma outra variante dessa xenofobia e da indiferença ao outro é vivida por muçulmanos que, no Brasil, além de serem confrontados a todos os estigmas que circulam planetariamente sobre os fiéis dessa religião – o terrorista, a família polígama, o suposto ódio que sentiriam dos ideais de vida ocidentais, e assim por diante –, acabam tendo poucos lugares para negociar, nas redes em que vivem aqui no Brasil, sobre sua própria diferença. Uma mãe síria, vivendo no Brasil com as duas filhas, também se via a todo instante questionada sobre seu estatuto de mãe solteira e sobre a forma como educava as próprias filhas – todas as três tendo sofrido os efeitos da guerra, do exílio e tendo que encarar, desde a chegada no Brasil, uma extensa ficha de cuidados médicos, uma vez que sobreviveram, não sem sequelas, a uma bomba que destruiu sua casa. Já ao buscar apoio entre as comunidades muçulmanas, outros mal-estares se faziam presentes, contestando, seja o quão pouco tradicional era a educação que as meninas recebiam, ou mesmo todo o tempo que elas passavam sozinhas em casa, uma vez que a mãe tinha de sair para trabalhar durante a pandemia, enquanto as filhas permaneciam confinadas, devido à escolarização remota entre 2020 e 2021.

A escuta psicanalítica clinicopolítica nesses casos visa acolher as diferenças como traços que falam das marcas da sexuação ou de como o discurso religioso ou cultural compõe a malha simbólico-imaginária que os forja. Desse modo recuperam a possibilidade de situar-se enquanto sujeitos quando confrontados a um discurso materializado nas relações com um outro que tenta resigná-los e reduzi-los a certas marcas distintivas - sejam as fenotípicas, as identitárias, linguísticas e o amplo caldeirão imaginário que ferve o caldo do outro.

Recentemente, publicamos sobre o processo de desumanização do outro que aparece em jovens radicalizados, seja por derivas religiosas fundamentalistas ou mesmo pelo pertencimento a grupos e subjetivações tidas como violentas (BINKOWSKI e ROSA, 2019). Podemos estender essa desumanização a outros processos que envolvem imigrantes e a localização subjetiva que lhes é oferecida. Isso é um processo social corrente em tempos de capitalismo avançado (ROSA, 2016) e visto fartamente nestes tempos de guerra e perseguições, nos quais os discursos são ferramentas que funcionam algorítmicamente como forma de classificar, impor e silenciar – especialmente a partir dos marcadores sociais.

Diante disso, o que pensamos propor, enquanto desafio ético e técnico para a psicanálise passa pela revisão epistemológica de como o mal-estar da civilização acaba sendo um produto de luxo, disponível para alguns, enquanto que aquele designado como o outro, o diferente, o que não faria parte da civilização, acaba por pagar com seu corpo e sua palavra por uma sociedade que não usufrui, questão clínica e política para a psicanálise.

Como apresentamos em aula no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (ROSA, 2019), a pertença e segurança do sujeito no campo social incide de modo diverso sobre o sujeito e seu sofrimento, a depender das modalidades de governança e de inscrição social. O fato é que há um impasse para a clínica psicanalítica: o sofrimento que silencia, sofrimento sociopolítico, observado nos casos em que os sujeitos se encontram em posições desqualificadas socialmente, por fatores econômicos, raciais, culturais, religiosos, de gênero, entre outros.

Do texto *Mal-estar na civilização* (FREUD, [1930] 1996) podemos destacar dois aspectos: de um lado, a dimensão estrutural da dor de existir em sociedade, para além do ideal idílico de felicidade; de outro lado, a dimensão contingente, da política de distribuição de bens materiais e culturais, que rege cada sociedade em particular, e que atribui ou exila as possibilidades de existência de cada um na comunidade.

Nesse cenário, pode-se perceber que nem todos pagam o mesmo preço pela pertença à civilização. Todos têm restrições pulsionais exigidas em troca da proteção e pertença. Porém, enquanto uma parcela da população tem maior proteção, menores restrições e menos infortúnios, a outra tem menor proteção, maiores restrições e sobre ela recai uma carga importante de sofrimentos sociopolíticos, o que inclui na clínica o tema da desigualdade, promovendo, para além do mal-estar social, sofrimento e silenciamento (ROSA, 2019). Tendo em vista que o *socius* ocidental se estrutura primordialmente pelo capital e pela mais-valia, certos sujeitos acabam necessitando de outros recursos para suportar a existência e entrar em

algum tipo de laço social, promovendo suplências como aquelas fornecidas pela religião ou por subjetivações outras, tais como os radicalismos - é do diagnóstico dessas suplências que a psicanálise não pode se furtar.

Assim, outras tradições epistemológicas ganham relevância na articulação entre psicanálise, sofrimento e política, contribuindo para o avanço teórico da psicanálise, ao demonstrarem as estratégias que incidem sobre o sentido da vida e a fragilização da existência compartilhada que marca a historicização do sujeito e da comunidade. Para Agamben (2004), a ambição suprema da biopolítica, conceito de Foucault (1993), é realizar a *separação absoluta do vivente e do falante*.

A consideração de que o sofrimento tem raízes sociopolíticas é um ponto de debate entre os psicanalistas. Consideramos um recalque da política na clínica psicanalítica, reafirmar a neutralidade política do psicanalista, a universalidade do dispositivo clínico fundado por Freud e o entendimento de que a psicanálise trabalha exclusivamente na dimensão intrapsíquica – o sujeito e o desejo seriam como uma abstração sem corpo, raça ou classe social. A passagem freudiana da hipótese traumática para a clínica da fantasia orienta tais psicanalistas na direção de que, independentemente dos acontecimentos factuais, a psicanálise trata da fantasia, ou seja, a fantasia de uma violência, por exemplo, é equivalente à experiência da violência. Por sua vez, o sintoma emerge da fantasia gerando a transferência que sustenta a demanda do tratamento analítico. Trata-se de uma construção do funcionamento de uma neurótica que, se responde a algumas situações clínicas, não é suficiente em outras – no caso das psicoses, por exemplo, não há resistência em admitir que há necessidade de mudanças substantivas no dispositivo clínico.

No entanto, quando se trata dos efeitos da desigualdade social e dos discursos discriminatórios que possibilitam toda sorte de exploração e violências e operam um desamparo discursivo, há resistências em considerar a especificidade desse sofrimento e em reconhecer e situar a dor advinda dos excessos do outro. Nessa medida que, manter um discurso homogêneo para toda a prática psicanalítica pode mascarar um conflito de fidelidades entre a ética psicanalítica e o lugar social que ocupa o psicanalista (ROSA, 2016). Ou seja, há casos em que escutar o sofrimento e suas modulações sociais implica para o psicanalista na quebra de um pacto com a sua própria classe social, que naturaliza a desigualdade social. Esse é o dilema ético que está a serviço da resistência do psicanalista em escutar o sofrimento sociopolítico, o que o implicaria em uma crítica social que abala a sua própria posição no laço social.

Somos orientados pela recondução, na clínica, da política e da dimensão histórica em suas faces libidinais, familiares, sociais e políticas. Tal concepção supõe repensar dimensões táticas,



estratégicas e éticas no atendimento clínico, bem como as condições da escuta em tais contextos. Destacamos (ROSA, 2016) quatro das condições:

- ampliar a concepção de caso clínico, incluindo o lugar no discurso social ocupado pelo sujeito,
- criar dispositivos para alterar o regime de verdade veiculado pelos discursos a respeito do sujeito, para barrar o discurso violento e identitário, que se apresenta como simbólico,
- reconhecer a importância de certas ordens discursivas, tanto na produção do desamparo, como nos impedimentos dos movimentos desejantes, e
- incidir sobre o emudecimento traumático, produzido pelo desamparo discursivo, para propiciar a experiência compartilhada.

Em suma, trata-se de separar, na fala do sujeito, as dimensões da alienação estrutural do sujeito ao discurso do Outro, da alienação ao discurso do outro - social e ideológico. Essa alienação e esse enredamento podem ser elucidados pela via da historicização dos laços sociais, o que se dá pelo resgate da memória na e pela experiência compartilhada. Dessa forma, o sujeito pode *situar-se na Outra cena*, no caso, a cena política (LACAN, 1966-67), até então inconsciente para o sujeito, o que lhe permite dar sentido à sua experiência de dor, articulando um apelo que o retira do silenciamento e o relança no campo político. Finalmente, permite remeter seus dilemas e desejos às questões que perpassam a existência, referenciados seja a Édipo, Hamlet, ou a Diadorim, Zumbi ou Dandara dos Palmares, e, por que não, a Maomé, Sara ou Ismael.

Nesse resgate, a psicanálise tem muito a contribuir ao escutar as invenções de resistência potentes dos sujeitos. Trata-se de trabalho clínico e político. Isso passa por reconhecer que os conceitos fundamentais da psicanálise se articulam com a presença do analista (LACAN, [1964] 1985), uma vez que é ele quem passa a recolher e apostar que os fenômenos de emudecimento, deslocamento social, ruptura familiar, desintegração psíquica e mesmo indiferença com sua própria sobrevivência são produções do inconsciente, legítimas, que interpelam o próprio enodamento imaginário que tenta reduzir o sujeito a alguns dos seus marcadores visíveis, ou ainda àqueles através dos quais ele é falado em discursos como os da xenofobia, do racismo e do ódio. Através da escuta analítica, poderemos estabelecer *marca-dores* dos quais o sujeito possa se apropriar, nomeando suas dores, marcas e tudo aquilo com o qual ele possa *bem-dizer* a sua existência e suas experiências.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: Ensaio sobre a destruição da experiência*. Buenos Aires: AH Adriana Hidalgo, 2004.

BINKOWSKI, Gabriel Inticher e ROSA, Miriam Debieux. Édipo terrorista, Édipo Traficante: Radicalismo Religioso na Adolescência Frente à Violência no Laço Social. *Revista da Associação Psicanalítica de Curitiba: Psicanálise e Contemporaneidade*, n. 35, 2019, p. 53-72.

CASTELLI, Andressa Carvalho. *Abjeção e migração: deslocamentos clínicos do enigma do dejetivo às autorizações do desejo*. São Paulo: Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Dissertação de Mestrado, 2021.

CASTELLI, Andressa; SEINCMAN, Pedro; ROSA, Miriam Debieux. Um enredo sobre as veredas: ancoragem e transmissão entre duas culturas. In: BEMFICA, Aline (Org.) *Corpo Diápora: morada da palavra*. Belo Horizonte: Ca'a, 2021, p. 29-38.

DUMÉZIL, Claude. Les raisons d'un séminaire. In: DUMÉZIL, Claude, & BREMOND, Bernard. *L'invention du psychanalyste: Le trait du cas*. Point Hors Ligne, Éditions Érès, 2021, p. 41-58.

FANON, Frantz. *Peles Negras, Máscaras Brancas*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FREUD, Sigmund. (1930) O mal-estar na civilização. In: *Edição Standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Vol. 21, Rio de Janeiro: Imago, 1996.

GIANNICA, Davide e BINKOWSKI, Gabriel Inticher. "Morrer de vergonha". *Uma investigação psicanalítica sobre vergonha, humilhação e abjeção na migração de retorno*. No prelo.

HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

LACAN, Jacques. (1964) *O Seminário, Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

LACAN, Jacques. (2004). *La logique du fantasme*. Paris: Éditions de l'Association Lacanienne Internationale. (Seminário original proferido em 1966-1967). [ [Links](#) ] Inédito.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOUNTAIN, Ilana e ROSA, Miriam Debieux. O outro: análise crítica de discursos sobre imigração e gênero. *Psicologia USP*, vol. 16, n.2, 2015.

ROSA, Miriam Debieux. *A clínica psicanalítica em face da dimensão sociopolítica do sofrimento*. São Paulo: Escuta/ Fapesp, 2016.

ROSA, Miriam Debieux; PENHA, Diego Amaral; FERREIRA, Patrícia do Prado. Intolerância: fronteiras e psicanálise. *Revista Subjetividades*. Fortaleza, 2018, p. 105-113.

ROSA, Miriam Debieux. *Sofrimento psíquico, sofrimento sociopolítico e a clínica psicanalítica*. Aula pública para obtenção do cargo de professor titular no Departamento de Psicologia Clínica, Instituto de Psicologia, Universidade De São Paulo, 2019.

ROSA, Miriam Debieux. Os marcadores sociais e a marca do caso: linguagem e discurso na clínica psicanalítica. In: KRAMER, Michele e COUTINHO JORGE, Marco Antonio. (Orgs.) *Psicanálise, Clínica e Cultura*. Salvador: Ed. Álgama, No prelo.

SAID, Edward. *Orientalismo: o oriente como invenção do ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 2007

SOUSA, Edson Luiz André de. (A vida entre parêntesis): o caso clínico como ficção. *Psicologia Clínica*, 12, (1), 2000, p. 11-19.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.